



Códex Ixtlilxochitl, escrito em espanhol, por autor anônimo, do início do século XVII. No detalhe Nezahualcoyotl (1402-1472), governador de Texcoco. Acervo da Biblioteca Nacional de Paris.



O Codex Florentino é um conjunto de 12 livros, criado sob a supervisão de Bernardino de Sahagún, entre 1540 e 1585, cópia da fonte original, destruída pelas autoridades espanholas. Importante fonte de informação da civilização asteca, antes da conquista espanhola, o Codex Florentino ilustra, aqui, o armazenamento do milho.

Carlos Montaña¹

O Serviço Social na América Latina e o Debate no Brasil

Resumo: O artigo tem por objetivo avaliar o percurso do Serviço Social na América Latina, a partir da reinstitucionalização da democracia. Pretende-se caracterizar as condições gerais que levaram a profissão, em países hispano-americanos, à estratégia do “retorno ao passado”, em contraposição às condições institucionais, corporativo-organizativas e políticas do contexto social brasileiro, permitindo um “salto de qualidade”, nos aspectos teórico-metodológico e ético-político. Este “salto de qualidade” constitui-se em condição para a construção, no Brasil, do chamado “projeto ético-político profissional”. Desta forma, o Serviço Social latino-americano tem o desafio de processar um “salto de qualidade”, levando a uma eventual construção de um projeto ético-político internacional/regional, consolidando um Serviço Social crítico.
Palavras-chave: Serviço Social; América Latina; desafios para o Serviço Social latino-americano.

Abstract: The objective of the article is to evaluate the trajectory of the Social Work in Latin America after the reinstatement of democracy. It intends to characterize the general conditions that have led this profession in Hispanic American countries to former strategies in contraposition to the institutional, corporative-organizational and political conditions of the social Brazilian context, allowing a change in the quality of theoretic-methodological and political-ethic aspects. This change in quality requires conditions for the construction in Brazil of the so called Professional Ethic and Political Project. Therefore the Latin American Social Work faces the challenge of transforming an International-regional Ethical and political Project into a Critical Social Work.

Keywords: Social Work; Latin America; professional project.

1. O Serviço Social brasileiro e latino-americano na saída das ditaduras

Falar sobre o Serviço Social latino-americano no século XXI não parece ter o mesmo significado que se verificava nos anos que emolduraram o Movimento de Reconceituação. Efetivamente, os diferentes caminhos percorridos, a partir da década de 1970, por nossos países – fundamentalmente, depois dos processos de ditaduras militares –, levantaram barreiras, que dificultaram a relação e intercâmbio profissional no continente.

Aquela “unidade na diversidade” que caracterizou o período de reconceituação latino-americana perdeu, salvo pela ação permanente de um grupo vinculado à ALAETS

¹ Doutor em Serviço Social e professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conferencista e professor visitante em diversos países latino-americanos. Membro da direção executiva da ALAETS (2006-2008). Endereço postal: Escola de Serviço Social, UFRJ, Av. Pasteur, 250, Campus da Praia Vermelha, CEP: 22290-240. Rio de Janeiro. E-mail: c_montano_br@yahoo.com.br

(Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social) e ao CELATS (Centro de Estudos Latino-Americano de Trabalho Social), sua articulação internacional.

Desta forma, enquanto nos anos 60 e início dos 70 se desenvolveu um intenso intercâmbio e dinamização, fundamentalmente articulados pelo protagonismo de profissionais, escolas e intelectuais de origem hispano-americana (Natálio Kisnerma, Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Norberto Alayón, Tereza Quiroz, Diego Palma, Manuel Manrique Castro, Alejandrino Maguiña, Boris Aléxis Lima, entre outros), e por ALAETS e CELATS, com os escuros anos de ditaduras, estas experiências tenderam a ser ofuscadas e combatidas duramente. Afinal, nos anos 70 (contexto de muitos golpes de Estado nos países hispano-americanos), as universidades destes países já tinham se consolidado como espaço de conflitividade social: foram fechadas muitas escolas, reabrindo com interventores, com currículos regressivos, que levavam a um retrocesso da formação profissional até suas origens, e incorporando os fundamentos da “doutrina de segurança nacional”, com professores caçados, e com uma bibliografia que recortava o que de mais progressista apresentava o Serviço Social e as ciências sociais em geral.

Assim, no ingresso na década de 80, durante os processos de reinstitucionalização democrática de diversos países – fundamentalmente no cone sul latino-americano –, a profissão e as universidades, em geral, reiniciam seu caminho histórico de reestruturação, com uma defasagem de mais de 15 anos.

Com este quadro, pode-se afirmar que a estratégia assumida por muitos países hispano-americanos para se reestruturar profissionalmente, em geral, foi o do retorno ao passado: foram reinstituídos os docentes e autoridades, anteriores às ditaduras, reimplantados os currículos antigos (dos anos 60, na melhor das hipóteses) e reintroduzida a bibliografia de referência dos inícios da reconceituação, como “textos atuais”.

Da mesma forma, a carência de infraestrutura universitária e de financiamento, necessários para o desenvolvimento da pesquisa e de pós-graduação, a quase inexistência de um quadro docente estável e com dedicação exclusiva, a dificuldade de “avançar” quase 15 anos de regressão e de confeccionar um currículo atualizado, a relativa inibição de produção intelectual adequada aos avanços científicos e aos novos tempos, o que deriva num volume de produção bibliográfica insuficiente para as necessidades e exigências profissionais posteriores à segunda metade dos anos 70, tudo isso dificultou fortemente o desenvolvimento do Serviço Social nos países que outrora foram protagonistas de um debate crítico do Serviço Social tradicional.

Isto se agrava, particularmente, ao considerar que é justamente nesse período histórico que profundas transformações ocorrem no mundo capitalista (particularmente na sua periferia) e no bloco socialista. O capitalismo entra em fase de crise, a partir de 1973, o que gera uma resposta, sob hegemonia do capital financeiro, da ofensiva neoliberal (que, para América Latina, foi orientada pelo Consenso de Washington), gerando profundas alterações nas relações de trabalho e sociais em geral, nas funções estatais, e particularmente, nas políticas sociais. Quase que concomitante, a experiência soviética também entra em profunda crise e chega ao fim, com profundos rebatimentos no mercado capitalista mundial, que se “globaliza” nos partidos comunistas e nos movimentos insurgentes e de esquerda (no mundo inteiro e particularmente na América Latina), gerando, para a ultra-direita, um “fim da história” (como afirmara Fukuyama) e, para a “esquerda pós-moderna”, uma “crise de paradigmas” e de “ideologias”. Decor-

rente de ambas as crises há, na América Latina, uma importante mudança na política “desenvolvimentista”, no interior da Aliança para o Progresso, promovida anteriormente (entre 1961 e 1969) pela OEA (Organização dos Estados Americanos), como forma de estimular a produção e consumo na região, diminuindo, também, a influência da revolução cubana no sub-continente.

Todas estas mudanças substantivas da realidade contemporânea, na estratégia do “retorno ao passado”, não tiveram como ser absorvidas e incorporadas no processo de reestruturação acadêmica do Serviço Social. A velha bibliografia reincorporada e os antigos currículos reestabelecidos não davam conta da nova realidade mundial e latino-americana, gerando-se um hiato de quase 30 anos, na formação profissional e na pesquisa.

O quadro do Serviço Social brasileiro na década de 80 (na sua reinstitucionalização democrática) é, no entanto, significativamente diverso. Em relação à infraestrutura acadêmica, no que refere às universidades públicas e algumas PUCs (universidades católicas), são herdados, do período anterior, uma variedade de cursos de pós-graduação, um quadro docente dedicado exclusivamente à universidade uma significativa produção bibliográfica atualizada (muitas vezes, produzidas nas pós-graduações). No entanto, esta possibilidade infraestrutural só passa a ter relevância, quando os profissionais retiram-lhe o seu conteúdo “dócil”, pondo-a a serviço de um debate crítico e comprometido com as causas populares; movimento que tem seu momento de inflexão no “Congresso da Virada” (1979). Este processo também só é possível, dentro de um contexto socioeconômico e político de efervescência da sociedade civil, com debates nacionais para as “Diretas já”, em 1984, para a Constituinte de 1988, com partidos de esquerda fortalecidos pelo movimento popular e dos trabalhadores, com sindicatos mobilizados, com uma cultura fortemente nacionalista (contrária à tendência neoliberal, hegemônica em outras latitudes nessa década); tudo isto, dificultando o ingresso do neoliberalismo na política oficial do governo brasileiro – que toma força, só com o triunfo de Collor, em 1989, e que, por sua vez, recebe forte golpe durante o “*impeachment*”, em 1992. No interior desta conjuntura, no aspecto político-corporativo, se estreitam os vínculos entre profissionais e os movimentos sociais, e avança a organização profissional, acadêmica e sindical: consolida-se o Código de Ética Profissional de 1986 e, depois, em 1993 – cujos antecedentes são de 1965 –, ampliam-se as bases da organização de ensino (ABESS) e pesquisa (CEDEPS) – depois reunidas na ABEPSS (Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) –, desenvolve-se um debate aberto e plural, mas com clara direção social, na construção do que ficou conhecido como Projeto Ético-Político Profissional.

Desta forma, a possibilidade de alteração substantiva daquele quadro nos países hispano-americanos recai no restabelecimento do intercâmbio profissional, considerando a “unidade na diversidade” do Serviço Social latino-americano. Isto nos põe certos desafios, que confluem na maior qualificação profissional crítica.

Estamos convencidos de que o Serviço Social nos países hispano-americanos deve se debruçar, ainda mais, no debate teórico-metodológico atualizado e crítico e no profundo conhecimento dos fenômenos com os quais nossa profissão se enfrenta, nos dias atuais – as refrações da “questão social” e seus fundamentos. Apenas desta forma, poderá dar/consolidar o salto qualitativo que coloque a profissão, não no caminho do “retorno ao passado”, mas do avanço no presente olhando ao futuro, de forma crí-

tica e teoricamente sólida. Isto passa pela consideração, desimpedida de vícios positivista e/ou pós-modernos, dos grandes temas que, além das manifestações da “questão social”, desafiam o Serviço Social: a consolidação histórica e lógica dos fundamentos e gênese do Serviço Social, as políticas sociais, e sua vinculação com a profissão, a apropriação crítica de categorias teórico-metodológicas, compondo seu arsenal heurístico. Com o avanço crítico sobre estas grandes questões, o Serviço Social latino-americano poderá, cada vez mais ser proprietário de um acervo cultural, de um conhecimento profundo de sua realidade profissional e de seus limites e possibilidades históricas.

Como podemos ver, este acervo cultural se constitui na condição *sine qua non* para aquele salto qualitativo. Desta forma, o nó a desamarrar encontra-se na discussão teórico-metodológica e nas possibilidades que isto abre para a consideração dos grandes temas, que permitem uma visão crítica da profissão e da realidade que esta enfrenta.

Este debate já foi iniciado, de forma heterogênea – guardadas as suas particularidades –, no Serviço Social dos diversos países da América Latina; produzindo revistas universitárias (ver, em anexo, uma relação de revistas de Serviço Social na América Latina), qualificando seus quadros profissionais com cursos de pós-graduação (ver a relação de países com cursos de pós-graduação em Serviço Social), analisando fenômenos da realidade, desenvolvendo significativa interlocução com as ciências sociais, com profissionais articulados com movimentos sociais. O fortalecimento das relações de intercâmbio entre pós-graduações, entre pesquisadores, particularmente o fortalecimento da atual ALAEITS (Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), como instância articuladora, torna-se fundamental para este caminho, promovendo, no continente, processos de constituição de projetos profissionais, com dimensões ético-políticas progressistas.

No Brasil, dadas as condições estruturais, conjunturais e político-corporativas, com as quais ingressa na segunda metade da década de 1980 (conforme foi exposto acima), o desenvolvimento profissional cria as bases para deixar as análises “metodologistas” e ingressar no debate teórico-metodológico,² sendo este o meio fundamental para a pesquisa social desafiante e contribuindo, assim, com o conjunto das ciências sociais, na elaboração de conhecimento crítico sobre a realidade social, para abandonar as perspectivas “epistemologistas” e incorporar uma visão ontológica do ser social e dos fenômenos sociais, para superar as análises lineares, mecanicistas e/ou “endogenistas”, messiânicas ou fatalistas, e realizar uma crítica sobre os fundamentos e o significado social da profissão.

2. As inflexões teóricas e político-corporativas do Serviço Social brasileiro consolidadas nas décadas de 80 e 90: as bases e a construção do Projeto Ético-Político Profissional

Para além das conquistas da profissão em relação à organização política da categoria – o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselho

² Como afirma Netto, “Na medida em que se fechava o caminho para uma crítica efetiva da vida social, o Serviço Social Brasileiro iniciou a crítica de suas próprias modalidades de intervenção. Em outras palavras: impossibilitado de questionar-se socialmente, o Serviço Social brasileiro se questionou metodologicamente” (José Paulo Netto, *apud*, Marilda Iamamoto, *Renovação e conservadorismo no serviço social*, São Paulo, Cortez, 1992, p. 33). Em consequência, “a tecnificação eufemiza o paternalismo autoritário, presente na ação profissional” (Marilda Iamamoto, *Renovação e conservadorismo no serviço social*, São Paulo, Cortez, 1992, p. 33).

Regional de Serviço Social), a ABEPSS e a ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) –, a participação da categoria nas lutas por: a Constituição de 1988 (e a sua Seguridade Social), a Reforma Sanitária, a LOS e a LOAS, o Estatuto da Criança e do Adolescente etc, assim como suas conquistas no interior de um “projeto ético-político profissional” – o Código de Ética (1993) (aprimorando o de 1986), a Lei de Regulamentação Profissional (1993: Lei nº 8.662, com antecedentes na Lei nº 3.852/57) e o Currículo Mínimo e depois as Diretrizes Curriculares –, o Brasil tem se destacado no campo profissional latino-americano, particularmente, em relação aos avanços teórico-metodológicos. Vejam os avanços no debate teórico:

Marca a inflexão teórico-metodológica operada nos anos 80, a superação dialética (incorporação e avanço) dos os avanços da Reconceitualização (onde foram colocadas, em tela, diversas questões pertinentes, para a superação do conservadorismo profissional, porém com respostas problemáticas) e, particularmente, da “intenção de ruptura” (NETTO, 1991) – onde incorpora-se o marxismo, porém, conformada inicialmente por um “marxismo sem Marx” –, “invadido de positivismo” (QUIROGA, 1991). Daí podemos observar algumas áreas de inflexão teórica, que diferencia o debate brasileiro de muitos países hispano-americanos:

- A compreensão crítica da natureza, fundamentos e papel social do Serviço Social. A partir do seminal texto de Iamamoto, produzido no contexto da dissertação de mestrado e de pesquisa latino-americana promovida pelo CELATS, e publicado em livro, conjuntamente com Raul de Carvalho, sob o título de “Relações Sociais e Serviço Social”, em 1982 (IAMAMOTO E CARVALHO, 1992). Teve nesta pesquisa organizada pelo CELATS, dentre outros, a análise, para o contexto peruano, do sociólogo Manuel Manrique Castro (1993). Contribuem diversamente nestas reflexões, Netto (1992), Martinelli (1991), Faleiros (1993), Mota (1991), Guerra (1995), Montaña (2007), entre outros.

Algumas das principais teses poderiam ser resumidas da seguinte forma: a natureza, fundamentos e papel social da profissão devem ser compreendidos, a partir de três determinantes fundamentais:

a) o Serviço Social – que surge e se desenvolve, a partir da sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, para implementação de políticas sociais estatais, quando toma para si a intervenção nas refrações da “questão social” – constitui uma engrenagem na reprodução das relações sociais e do sistema dominante; sua prática social resulta funcional à manutenção da ordem social e às relações capitalistas (a exploração do trabalho, o controle social, a diminuição das lutas sociais e a acumulação de capital). Mas, esta afirmação não pode ignorar as outras duas determinações centrais desta prática: b) o Serviço Social desenvolve sua intervenção, em um espaço de tensão e contradição entre sua função de reprodução do sistema (a partir dos interesses hegemônicos do grande capital) e sua defesa dos direitos e conquistas sociais (a partir de demandas e de lutas das classes trabalhadoras e subalternas), transformando o assistente social em um “profissional da coerção e do consenso”; isto reflete uma prática profissional

que é essencialmente política, inserida no interior das contradições entre as classes, ocupando um espaço de disputa de interesses (em torno deste espaço contraditório emana a legitimidade profissional). Finalmente, c) o Serviço Social, condicionado pelas estruturas sociais e pelas demandas institucionais (geralmente representantes dos interesses hegemônicos), ainda assim, pode apresentar um certo protagonismo e uma margem de manobra relativa, ao orientar sua ação profissional; na medida em que dirige seu processo de formação, não meramente para o atendimento direto das demandas institucionais, mas, formando um profissional crítico e competente, que organize o coletivo em entidades fortes e representativas e que consolide o seu código de ética claramente orientado em certos valores definidos coletivamente, o assistente social pode ver reforçada sua margem de manobra para uma prática profissional que, sem eliminar os condicionantes sistêmicos, privilegie a garantia dos direitos sociais conquistados.

- A avaliação crítica sobre o debate metodológico no Serviço Social. A partir das inflexões operadas na compreensão crítica dos fundamentos e natureza do Serviço Social, operou-se um processo de reflexão auto-crítica, buscando superar o endogenismo e o positivismo que orientou a discussão “metodológica” nos anos 60 a 80 (QUIROGA, 1991). O texto inflexivo talvez seja o da própria Leila Lima, que faz sua autocrítica ao “metodologismo” do Método BH, como “explosão de uma época” (BORGIANNI E MONTAÑO, 2000). A partir daí, os seminários reproduzidos nos cadernos ABESS têm promovido esse debate por José Paulo Netto, Vicente Faleiros, Nobuco Kameyama, Franci Gomes Cardoso, assim como as contribuições de Marilda Iamamoto, entre outros.

Uma síntese deste debate pode ser feita em função de: a) superação da identificação e/ou derivação entre método de conhecimento e método de intervenção; b) superação da identidade entre prática social e prática profissional; c) superação da suposição de que um método de intervenção “científico”, considerado correto, seria suficiente para produzir uma prática “eficiente”, “transformadora”; d) entendimento de que teoria não pode ser compreendida como a mera “reflexão sobre as vivências” ou “racionalização das práticas”; e) clara diferenciação da instrumentalidade do Serviço Social, dos seus “instrumentos operacionais”.

- A compreensão crítica do sistema social capitalista, do papel do Estado e da função das políticas sociais. Este último debate, contrariamente ao que pretende Coimbra (1987), não representa “uma perspectiva do Serviço Social”, mas, “perspectivas teórico-metodológicas” que permeiam o debate profissional (BORGIANNI E MONTAÑO, 1999). Neste caminho, estão os trabalhos de Faleiros (1986 e 1991), Iamamoto (IAMAMOTO E CARVALHO, 1991), Netto (1992), Yazbek (1996), Spozati (1988), Mota (1991 e 1995), Menezes (1993), Pereira (1986, 1988, 1996), Behring (1998), Boschetti (2003), Behring e Boschetti (2006), assim como artigos em revistas: Cabral (1980), Kowarick (1985), Pereira (1986 e 1988), dentre vários outros; ver também compilação organizada por Borgianni e Montañó (2000).

As principais hipóteses levantadas em relação às Políticas Sociais podem ser resumidas da seguinte forma: a verdadeira chave para compreender as Políticas Sociais está, fundamentalmente, no estudo das relações desiguais, operadas na esfera produtiva (FALEIROS, 1991, p. 46; BEHRING, 1998, p.24), sendo inadmissível vincular as Políticas Sociais, apenas, à esfera da distribuição, do consumo, da circulação.

Em igual sentido, é equivocado focar o seu estudo, apenas, na análise do Estado, como instância (relativamente) autônoma, tendo, também, que apreender as relações operadas na sociedade civil e as lutas de classes dos movimentos sociais. As Políticas Sociais não são mecanismos lógico-formais estáveis de um Estado supra-classista de “bem-estar”, ou de um Estado apenas funcional ao capital, mas resultado contraditório, tenso, dessas lutas.

Neste sentido, podem ser encontrados, pelo menos, três tipos de funções das políticas sociais: (1) Função Social: Resposta a algumas necessidades pontuais, presentes na população mais pauperizada; (2) Função Econômica: a) Produção de Força de Trabalho; b) Diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho para o capital; c) Produção de mercado de consumo de massa e (3) Função Política: a) Fragmentação das lutas de classes; b) Deslocamento das lutas da esfera produtiva para a esfera estatal, da contradição econômico-política para o enfrentamento meramente político e da contradição capital/trabalho para as demandas ao Estado; c) Legitimação da Ordem Social vigente.

Assim, as Políticas Sociais são tanto um instrumento fundamentalmente voltado ao controle da população e à ampliação da acumulação capitalista quanto um contraditório mecanismo, que incorpora (pontual e transitoriamente) algumas demandas e conquistas das classes trabalhadoras.

- A compreensão crítica da crise capitalista e seu enfrentamento pelo capital: a ofensiva neoliberal. A partir dos fundamentos da sociedade burguesa, foi possível compreender, clara e criticamente, a crise operada no mundo capitalista – impulsionada, também, pela crise do bloco soviético – e a resposta do capital (financeiro) no projeto neoliberal.

Trabalhos, como os de Netto (1993), sobre a crise do capitalismo, do socialismo e a ofensiva neoliberal, e estudos, incorporando análises de sólidos autores sobre a crise e o mundo capitalista atual (Mandel, Hobsbawm, Mézaros), a reestruturação produtiva (Coriat, Antunes), a “globalização” (Chesnais, Harvey) são só para dar alguns exemplos. Além disto, o debate sobre a contra-reforma neoliberal do Estado (BEHRING, 2003), o estímulo às ações do terceiro setor e da sociedade civil (RAICHELIS, 1998; MONTAÑO, 2002), as novas formas de organização da produção e de relação trabalhistas (CAR-DOSO, 1995; MOTA, 1998; TAVARES, 2004, entre outros).

- A compreensão crítica e atualizada do papel social da profissão no atual contexto de hegemonia neoliberal, e os desafios postos para o assistente social. Os debates sobre as questões anteriores levaram a uma produção no âmbito profissional sobre o papel e legitimidade profissionais, assim como sobre o mercado de trabalho (NETTO, 1996; MONTAÑO, 1997; IAMAMOTO, 1998, entre outros).

Esse desenvolvimento teórico original, atualizado, crítico e sólido, tem levado o debate do Serviço Social brasileiro a um lugar de destaque no quadro latino-americano, invertendo, significativamente, o sentido da relação entre os países: agora, diferentemente do contexto anterior, a produção brasileira tende a subsidiar e orientar, em termos gerais, o debate latino-americano.

3. Os desafios para o Serviço Social brasileiro e latino-americano no novo milênio

Estas circunstâncias no Serviço Social brasileiro – o seu desenvolvimento teórico-metodológico diferenciado; a sólida constituição das entidades representativas da categoria, num país com dimensões continentais; o protagonismo profissional em diversas frentes de lutas e defesa de direitos; o desenvolvimento legal-institucional da profissão: seu Código de Ética, a Lei de Regulamentação Profissional e a diretrizes para a formação profissional; e a construção de um “Projeto Ético-Político” – colocam desafios à profissão no contexto heterogêneo latino-americano.

- A articulação e intercâmbio entre países do continente: ALAEITS/Comitê Mercosul

Um primeiro desafio consiste na consolidação da articulação entre os colégios e associações profissionais, a exemplo do Comitê Mercosul, e entre as Escolas e unidades de ensino e pesquisa, reunidas na nova ALAEITS. Neste último caso, a fragilidade de uma entidade subcontinental, que, herdeira das lutas de ALAETS e CELATS, surge (em Assembléia que a constituiu em 2006, no Chile) num contexto de crise destas entidades, torna-se, a meu ver, de fundamental importância no cenário latino-americano. A nova ALAEITS é, por excelência, a melhor ferramenta para promover o intercâmbio entre centros de formação, pós-graduação e pesquisa em Serviço Social; instrumento para mapear a graduação no subcontinente, promover articulação e intercâmbio de pesquisadores, revistas, núcleos de pesquisa, alunos de graduação e de pós-graduação, estimulando convênios inter-institucionais, assim como dar continuidade aos Seminários Latino-americanos. A consolidação desta entidade, financeira e organizativamente, é tarefa relevante neste caminho.

- O intercâmbio teórico-metodológico e a apropriação e generalização dos avanços do debate crítico do Serviço Social

O debate profissional, hoje, encontra-se potenciado com os avanços teórico-metodológicos. Não me refiro aos “novos paradigmas”, às análises “pós-modernos”, aos que “descobrem” que a realidade é complexa, dando a esta descoberta status de novidade.³ Não me refiro aos estudos que pulverizam a realidade em microfrações, e, aí, “deitam seu olhar”. Refiro-me às pesquisas sustentadas no conhecimento social acumulado, na análise crítica da realidade social, dos seus fundamentos e de suas manifestações, portadoras de uma visão de crítica e, de totalidade, dialética, que visa a superação dos fundamentos da exploração, de dominação e da desigualdade social.

³ Lembrando que, hoje, está sendo incorporado em bibliotecas universitárias, o critério de não comprar textos com mais de 5 anos de edição. Pareceria que textos mais antigos do que isso não são mais úteis ao conhecimento.

Já tratamos dos aspectos que, particularmente, no debate brasileiro, permitiram o Serviço Social dar um salto de qualidade na pesquisa e produção teórica. Entendemos que a ampliação deste debate no continente torna-se imprescindível. Esse movimento tem sido feito por vários meios: a) os convênios para as pós-graduações de universidades de diversos países; b) a participação nos seminários latino-americanos; c) cursos e conferências de pesquisadores convidados, em congressos nacionais e internacionais de variados países; d) a publicação da Biblioteca Latino-Americana de Serviço Social (Cortez). A acolhida da produção brasileira e o intercâmbio teórico na América Latina já têm dado passos firmes, mas ainda há muito a fazer.

Particularmente, e apesar dessa “acolhida”, existem resistências ao que alguns autores (Porzekansky, Di Carlo, Cortinas, Barrantes) chamam de “Perspectiva Brasileira”. Argumentos levantados para esta resistência: 1) consideram que as análises histórico-críticas “desqualificam” a imagem do Serviço Social, contribuindo para seu desprestígio social; b) concebem as diversas contribuições histórico-críticas como homogêneas, atribuindo-lhes uma suposta “perspectiva brasileira” (MONTAÑO, 2006).

Consideramos, como já afirmamos, que

“este apelo nacionalista, logicamente, constitui uma forma de escamotear ou driblar o verdadeiro fundamento da polêmica: não se trata de um enfrentamento entre nações, mas, de um debate entre perspectivas teórico-metodológicas e tendências ideológico-políticas, que redundam em diferentes projetos profissionais. (...) Aqui, o que divide “fronteiras” não são os limites nacionais, mas, as divergências entre projetos sociais e profissionais, entre perspectivas teórico-metodológicas. E estas divergências existem em todos os países. A “oposição entre nações” tem o evidente objetivo de esconder a real polêmica, apelando ao nacionalismo e ocultando o debate entre ideologias, perspectivas teórico-metodológicas e projetos profissionais. O capital é internacional, portanto, a articulação entre cidadãos, trabalhadores, intelectuais, profissionais, etc., que defendem as conquistas históricas das classes subalternas e que vislumbram uma nova sociedade sem classes e sem exploração, apesar de organizar-se em primeira instância nos espaços nacionais, deve alcançar uma dimensão internacional (MONTAÑO, 2006, p. 148).

- O mapeamento da formação de graduação e a coordenação de um processo de articulação curricular básico no continente.

Existe, na América Latina, uma grande variedade de níveis e graus de formação profissional; com países onde a formação universitária coexiste com unidades pré-universitárias, técnicas, de cursos de curta duração, à distância. Em geral, com docentes “horistas”, inclusive nas universidades públicas, que, muitas vezes, não são gratuitas.

Constitui, por tudo isto, um desafio necessário à organização de um grande mapeamento da formação de graduação na América Latina. Este, após um desenvolvimento

teórico geral mais substantivo, como primeiro passo para promover um grande debate, na busca da definição comum de orientações gerais para a formação profissional.

Esta proposta surge da ALAEITS e é uma prioridade para sua gestão, mas exige uma grande mobilização continental.

- O estímulo ao desenvolvimento da pós-graduação no continente

Existem, hoje, 9 países com Programa de Pós-graduação (Mestrado e/ou Doutorado) na América Latina: Argentina, Brasil, Colômbia, Bogotá, Costa Rica, Chile, Honduras, México, Porto Rico e Uruguai.

Com algumas exceções (como os convênios, desde os anos 1990, entre PUC-SP/La Plata-Argentina, e entre UFRJ/Uruguai e, hoje, entre UERJ/Cta. Rica e La Plata, e entre UFPE/Colômbia), elas são inteiramente desarticuladas, sem coordenação ou intercâmbio algum de professores, alunos ou pesquisas, de dissertações, teses ou revistas. Esse é um desafio central para a categoria na América Latina.

Os perfis dos programas das pós-graduações são, significativamente, distintos: há mestrados e doutorados “profissionalizantes” ou técnicos (como em Porto Rico), em contraposição às pós-graduações de formação mais generalistas ou científicas (como no Brasil). Há pós-graduações orientadas à Gerência Social, à Atenção em Família, quer dizer, com um recorte claro, outras com orientação para Políticas Sociais ou articuladas a outras áreas, de forma interdisciplinar, e outras definidas como de Serviço Social.

- O estímulo e a qualificação à pesquisa no continente e a articulação entre elas

A pesquisa não é exclusiva nem prioritária dos programas das pós-graduações, nos países da América Latina. Diria que, contrariamente, está majoritariamente vinculada à graduação. Com isto, qual é o perfil das pesquisas segundo algumas características?

- Dada a realidade da vinculação docente ser (com exceção do Brasil, México e Costa Rica) fortemente “horista”, sem dedicação exclusiva, e de baixa carga horária (levando ao pluri-emprego, à baixa dedicação à universidade), desenvolve-se a pesquisa muito sustentada nos esforços pessoais dos docentes, sem estruturas, sem recursos.

-As referências bibliográficas, com tendências muito marcadas pelas pós-graduações de cada país, segundo pudemos observar, ora estão voltados para textos meramente norte-americanos (Porto Rico é exemplo), ora se esgotam em bibliografia da reconceitualização (Ander-Egg, Kisnerman, Kruse), ora se distancia do Serviço Social, voltados para referências da gerência social/empreendedorismo. No entanto, é de destacar que já está ocorrendo, a partir da articulação de algumas pós (como já observado) e de existência de foros internacionais (organizados pela antiga ALAETS ou, até, por entidades e universidades nacionais com participação de estrangeiros), um certo intercâmbio bibliográfico de textos constitutivos do debate contemporâneo do Serviço Social.

-Temas abordados são diversos, com ênfase em Família, Gênero, Saúde, Gerência Social, Questão Indígena, Imigração/“Desplazados” (Retirantes de zonas de conflito bélico). Como se percebe, objetos mais voltados para a prática. Por

outro lado, poucos esforços têm sido destinados a criar Núcleos Internacionais, por temas ou objetos. Este constitui outro dos centrais desafios, ao meu ver, para a categoria na América Latina.

- A publicação e intercâmbio de revistas publicadas na América Latina, e que hoje tem reduzida distribuição

Dado positivo é que muitas Escolas e Programas de Pós-graduação publicam revistas universitárias de Serviço Social (ver, em anexo, a relação de revistas de Serviço Social na América Latina – este levantamento se fez com a finalidade de, além de brindar uma amostra de uma extensa e variada coleção de revistas, estimular e facilitar a publicação de textos nestas revistas estrangeiras). No entanto, elas não circulam entre os países, sendo quase desconhecidas internacionalmente. Um primeiro desafio, aqui, seria ampliar o número de artigos produzidos no Brasil, para estas revistas, mesmo antes de promover um intercâmbio entre elas.

- A ampliação de processos, em cada país, e nas regiões da América Latina, que venham construir/ampliar seus projetos ético-políticos profissionais

Já faz parte do debate profissional brasileiro de hoje a consideração dos limites e riscos daquilo que se deu a chamar de “Projeto Ético-Político Profissional”: a sua incapacidade, até agora, de penetrar solidamente nas dimensões da prática profissional de campo; a ameaça da sua hegemonia pelo crescimento da (i)racionalidade pós-moderna, das tendências conservadoras disfarçadas de propostas “inclusivas”, de “políticas afir-mativas”.

Observa-se, por outro lado, uma forte receptividade das perspectivas histórico-críticas entre atores e intelectuais de todos os cantos da América Latina. O chamado “Trabalho Social Crítico” e o próprio “Projeto Ético-Político” têm sido tema de diversos congressos e debates em vários países latino-americanos.

É então que nos deparamos com a necessidade e com a possibilidade da construção, guardadas as particularidades e diferenças de cada país e região, de um “projeto ético-político profissional” latino-americano, sem fronteiras físicas, nacionais. Entendo que esta tarefa requer de vários instrumentos de intercâmbio, articulação, debate: a presença nos seminários latino-americanos, o estímulo do intercâmbio e colaboração entre pesquisas e pesquisadores, a presença com textos nas revistas latino-americanas, a expansão da Biblioteca Latino-Americana de Serviço Social. Novamente, penso que a Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa (Investigação) em Serviço Social (Trabalho Social) – ALAEITS – tem papel fundamental neste processo, promovendo e articulando a organização de espaços de intercâmbio, e particularmente, a partir do espaço político que conformam a direção executiva (compostas por 6 dirigentes de um único país) e o colegiado (composto por representantes de países ou regiões de toda América Latina), e especialmente da Assembléia Latino-Americana (realizada no interior dos seminários, a cada 3 anos, como órgão máximo de deliberação do coletivo profissional na América Latina e o Caribe).

Recebido em 20 de outubro de 2008.

Aceito para publicação, em 2 de dezembro de 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABESS. O processo da formação profissional do assistente social. *Cadernos ABESS* nº 1. São Paulo: Cortez, 1993.
- ALAYÓN, Norberto. *Hacia la historia del trabajo social en la Argentina*. Lima: CELATS/ Serie Cuadernos, 1980.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez-Unicamp, 1995.
- BEHRING, Elaine R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. *Política social. Fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BORGIANI, Elisabete e MONTAÑO, Carlos (orgs.). *La Política social hoy*. Biblioteca latinoamericana de Servicio Social, vol. 5. São Paulo: Cortez, 1999.
- BORGIANI, Elisabete e MONTAÑO, Carlos (orgs.). *Metodología y Servicio Social, hoy en debate*. Biblioteca latinoamericana de Servicio Social, vol. 6. São Paulo: Cortez, 2000.
- BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília: UnB, 2003.
- CABRAL, Maria do Socorro Reis. Serviço Social e política previdenciária. *Revista Serviço Social & Sociedade* nº 2. São Paulo: Cortez, 1980.
- CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- CFESS. *Código de ética profissional do Assistente Social e Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1994.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COIMBRA, Marcos A. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. ABRANCHES, SANTOS e COIMBRA. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *A política social do Estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.
- IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1991.
- IAMAMOTO, Marilda e MANRIQUE, Manuel. Hacia el estudio de la Historia del Trabajo Social en América Latina. *Revista Acción Crítica* nº 5, abril. Lima: CELATS-ALAETS, 1979.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social. Ensaio crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Servicio Social y división del trabajo. Un análisis crítico de sus fundamentos*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- KISNERMAN, Natálio. *7 estudos sobre serviço social*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- KOWARICK, Lúcio. Proceso de desarrollo del Estado en América Latina y política social. *Revista Acción Crítica* nº 5. Lima: Celats-Alaets, 1979.
- KRUSE, Herman. *Introducción a la teoría científica del servicio social*. Buenos Aires: ECRO, 1972.

- LAURELL, Ana Cristina (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo, Cortez/CEDEC, 1995.
- LIMA, Boris Alexis. *Epistemología del trabajo social*. Buenos Aires: Humanitas, 1986.
- LIMA SANTOS, Leila. *Textos de Serviço Social*. Cortez: São Paulo, 1993.
- MANRIQUE CASTRO, Manuel. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez/CELATS, 1993.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social. Identidade e alienação*. Cortez: São Paulo, 1991.
- MENEZES, Maria Thereza. *Em busca da teoria; políticas de Assistência Pública*. Cortez: São Paulo, 1993.
- MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo; mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Revista Serviço Social & Sociedade* nº 53. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *A natureza do Serviço Social. Um ensaio sobre sua gênese, sua especificidade e sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Terceiro Setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Um Projeto para o Serviço Social Crítico. *Revista Katálysis*, vol. 9, nº 2. Florianópolis: UFSC, 2006.
- MOTA, Ana Elizabete. *O feitiço da ajuda. As determinações do Serviço Social na empresa*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. (org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social. Uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade* nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- PALMA, Diego. *A prática política dos profissionais. O caso do Serviço Social*. São Paulo/Lima: Cortez/CELATS, 1986.
- PEREIRA, Potyara A. O Estado de Bem-Estar e as controvérsias da igualdade. *Revista Serviço Social & Sociedade* nº 20. Cortez: São Paulo, 1986.
- _____. A questão do bem-estar do menor no contexto da política social brasileira (ensaio de interpretação). *Revista Serviço Social & Sociedade* nº 27. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. *A assistência social na perspectiva dos direitos. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Cortez: São Paulo, 1996.
- PONTES, Reinaldo. *Mediação e Serviço Social. Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social*. São Paulo: Cortez-UNAMA, 1995.
- QUIROGA, Consuelo. *Invasão positivista no marxismo; manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.
- RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social. Caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.
- SANCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira (coord.). Contribuições da revista para a construção do Serviço Social brasileiro. *Revista Serviço Social & Sociedade* nº 61. São Paulo: Cortez, 1999.

- SIMIONATO, Ivete. *Gramsci. sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos do ajuste neoliberal na América Latina*. Questões da Nossa Época nº 70. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SPOSATI, Aldaíza. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.
- TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista. Informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.
- YASBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1996.

ANEXO 1**Relação de Programas de Pós-Graduações em Serviço Social da América Latina**

Existem, além do Brasil, mais 8 países com Pós-graduação em Serviço Social na América Latina:

ARGENTINA: Universidades de La Plata <www.unlp.edu.ar/fa_traso.htm>, de Córdoba <www.derecho.unc.edu.ar>, de Entre Ríos <www.fts.uner.edu.ar/>

COLÔMBIA: Universidad Nacional de Colômbia, Bogotá <www.humanas.unal.edu.co/dpto.php?o_id=11&o_t_id=1/maestria/presentacionm.html>

COSTA RICA: Universidad de Costa Rica <www.ts.ucr.ac.cr/postgrado.php>

Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile (Santiago) <<http://www.uc.cl/trabajosocial/html/magister.htm>>; Universidad Católica Blas Cañas (Santiago)

HONDURAS: Universidad Nacional Autónoma de Honduras (criada em 1977 em convênio com o CELATS) <www.accessinitiative.org/partner/plats>

MÉXICO: Universidades Autónoma de Nuevo Leon <www.fts.uanl.mx/programas/maestria/maestria.htm>, Autónoma de Colima <www.ucol.mx/docencia/planes-estudio/documentos/M-212.pdf>, Autónoma de México <www.trabajosocial.unam.mx/>, Autónoma de Tamaulipas,

PORTO RICO: Universidad de Puerto Rico <<http://tsoc.uprrp.edu/#>>

URUGUAY: Universidad de la República <www.rau.edu.uy/fcs/dts/>

ANEXO 2**Relação de Revistas latino-americanas de Serviço Social****CIENCIAS SOCIALES**

Editada pela: *Facultad de Ciencias Sociales – Universidad Buenos Aires – UBA (Argentina)*

Contato: public@mail.fsoc.uba.ar e www.fsoc.uba.ar

CONCIENCIA SOCIAL

Editada pela: *Escuela de Trabajo Social de Córdoba (Argentina)*

Contato: concienciasocial@ets.unc.edu.ar e www.concienciasocial.unc.edu.ar

CONCIENCIAS

Editada pelo: *Colegio de Profesionales en Servicio Social de Córdoba (Argentina)*

Contato: cpsscba@arnet.com.ar

CUADERNOS DE TRABAJO SOCIAL

Editada pela: *Universidad de La Rioja (Argentina)*

Contato: http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?tipo_búsqueda=CODIGO&clave_revista=1520

APORTES

Editada pela: *Carrera de Trabajo Social – Universidad Mayor de San Andrés – UMSA (La Paz, Bolivia)*

TRABAJO SOCIAL – SIGLO VEINTIUNO

Editada pelo: *Centro de Investigaciones de Trabajo Social (La Paz, Bolivia)*

Contato: citsoc@hotmail.com

PERSPECTIVA SOCIAL

Editada pela: *Faculdade de Trabalho Social – Universidad Simon Bolívar (Barranquilla, Colômbia)*

Contato: 344-4333 - ext. 130

TENDENCIAS & RETOS

Editada pela: *Faculdade de Trabalho Social – Universidad de La Salle (Santa Fé, Bogotá, Colômbia)*

Contato: tsocial@jupiter.lasalle.edu.co e www.lasalle.edu.co

REVISTA TRASOS UIS

Editada pela: *Estudiantes de Trabajo Social – Universidad Industrial de Santander– (Bucaramanga, Colômbia)*

Contato: publicac@uis.edu.co

REVISTA COLOMBIANA DE TRABAJO SOCIAL

Editada pela: *Consejo Nacional para la Educación en Trabajo Social (CONETS) – Federación Colombiana de Trabajadores Sociales – Universidad del Valle (Cali, Colômbia)*

Contato: conets@mafalda.univalle.edu.co

PROSPECTIVAS

Editada pela: *Escuela de Trabajo Social y Desarrollo Humano – Universidad del Valle (Cali, Colômbia)*

Contato: trasoc@mafalda.univalle.edu.co

PALOBRA

Editada pela: *Faculdade de Ciências Sociais – Universidad de Cartagena (Colômbia)*

Contato: unicar@cartagena.cet.col.net.co

REVISTA ELEUTHERIA

Editada pela: *Facultad de Ciências Jurídicas y Sociales – Universidad de Caldas (Manizales, Colômbia)*

Contato: lgartner@col2.telecom.com.co

REVISTA COSTARRICENSE DE TRABAJO SOCIAL

Editada pela: *Colégio de Trabajadores Sociales de Costa Rica (San José, Costa Rica)*

Contato: coltras@racsa.co.cr e coltras@sol.racsa.co.cr

BOLETÍN ELECTRÓNICO SURÁ

Editada pela: *Escuela de Trabajo Social – Universidad de Costa Rica (San José, Costa Rica)*

Contato: <http://www.ts.ucr.ac.cr/bv/sura.php>

REVISTA DE TRABAJO SOCIAL

Editada pela: *Escuela de Trabajo Social – Pontificia Universidad Católica de Chile (Santiago de Chile)*

Contato: 552 2375 – Anexos 4666

PERSPECTIVAS - REVISTA DE TRABAJO SOCIAL

Editada pela: *Carrera de Trabajo Social – Universidad Católica Blas Cañas (Santiago, Chile)*

Contato: 634 4040 – Anexo 350

REVISTA ELECTRONICA DE TRABAJO SOCIAL

Editada pela: *Departamento de Servicio Social – Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Concepción (Chile)*

Contato: ssrevi@udec.cl

REVISTA TRABAJO SOCIAL

Editada pela: *Departamento de Investigación y Tesis – Universidad San Carlos (Guatemala)*

Contato: 760 790 – Ext. 288

TRABAJO SOCIAL

Editada pela: *Escuela nacional de Trabajo Social – UNAM (DF, México)*

Contato: trabajosocial@correo.unam.mx e www.trabajosocial.unam.mx

CUADERNOS DE ACCIÓN DE TRABAJO SOCIAL

Editada pela: *Facultad de Trabajo Social – Universidad Autónoma de Coahuila (Saltillo, Coahuila, México)*

Contato: (01 844) 434-1920

SAVIA – REVISTA DE TRABAJO SOCIAL

Editada pelo: *Departamento de Ciências Sociais – Universidad de Sonora (Hermosillo, Sonora, México)*

Contato: jverdugo@sociales.uson.mx

ANÁLISIS

Editada pela: *Escuela Graduada de Trabajo Social – Universidad de Puerto Rico (San Juan, Puerto Rico)*

Contato: PO Box 23345 – San Juan, Puerto Rico 00931-3345

TRABAJO SOCIAL

Editada pela: *EPPAL (Montevideú, Uruguai)*

Contato: www.revistatrabajosocial.com/

MARGEM

Periódico de Trabajo Social y Ciencias Sociales – *Edición electrónica*

Contato: www.margen.org/articu/1984.html